Jornal Amatra 13
Janeiro/Fevereiro de 2005
Ano VII - Edição 23
Publicação bimestral
ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

20 anos de magistratura em favor da cidadania

Ambientes virtuais da nova sede da AMATRA 13, que será inaugurada ainda no primeiro semestre de 2006

A AMATRA 13 comemora em 2006 vinte anos de magistratura em favor da cidadania. Para brindar com os associados, a Diretoria da associação dos Magistrados do Trabalho vai inaugurar ainda neste semestre a nova sede, que conta com ambientes amplos e modernos oferecendo conforto e praticidade.

A nova sede será instalada no edifício comercial do Tambiá Shopping, no centro de João Pessoa. Segundo a Diretoria da AMATRA 13, o imóvel está sendo preparado com ambientação de linhas modernas para oferecer além de conforto, um espaço de integração dos associados.

Nesta Edição Especial

Editorial: Amatra 13 comemora 20 anos! **Página 2**

Leia depoimentos de ex-presidentes **Páginas 3 a 10**

Veja galeria com os associados da Amatra 13

Adriana Sette

Adriano Mesquita

Afrânio Melo

Aluisio Rodrigues

Ana Beatriz

Ana Cecília

Ana Clara

Ana Cláudia

AMATRA 13, vinte anos!

Esta edição é comemorativa, já que, também com ela, comemoramos os 20 anos da nossa AMATRA 13.

Fundada em março de 1986, a associação passou por momentos de grande transformação, atuou combativa e insistentemente na defesa dos interesses e prerrogativas dos seus quadros, buscou a integração, o aprimoramento e a reciclagem dos magistrados a ela vinculados.

Nasceu muito pequena, fruto do trabalho daqueles que compreenderam a sua necessidade e importância para o fortalecimento dos Juízes do Trabalho de uma recém-criada Região jurisdicional.

Nesse interregno, muito aconteceu e pudemos vivenciar momentos de muitas turbulências e surpresas no cenário político-econômico nacional. Nascemos junto com a democracia, após longo período de cabresto e de força, e crescemos junto com ela, sendo testemunhas do aperfeiçoamento de nossas instituições, do crescimento da liberdade, das conquistas econômico-sociais.

Se, na virada do milênio, assistimos à chegada de um operário ao poder - fato que não pode deixar de ser analisado também sob a ótica do simbolismo -, comemoramos, coincidentemente, o alargamento de nossa competência material e o engrandecimento da nossa Justiça do Trabalho, hoje muito mais respeitada e reconhecida em nossa sociedade, porquanto se compreendeu a sua importância para o cumprimento do papel constitucionalmente conferido ao Estado, o de dirimir conflitos e de impor a ordem com celeridade e eficiência.

Tudo isto há de ser registrado, porque foi neste contexto que a AMATRA 13 se inseriu como entidade associativa responsável, sempre conduzindo os interesses dos seus associados com zelo, obstinação e ética.

Pela sua direção revezaram-se muitos ilustres colaboradores, deixando contribuições que, dificilmente, serão esquecidas ao longo dos próximos 20 ou, quiçá, 40 anos...

É com alegria, portanto, que comemoramos este aniversário, e, como presente, tivemos a nomeação e posse dos recém-filiados Adriano Mesquita, Ana Beatriz Fernandes, Ana Cecília Amoedo, Ivo Povoas, Necy Lapenda, Taís Resende e Veruska Santana.

Com eles compartilho, neste momento, a minha alegria e a satisfação de fazer parte do corpo diretivo da aniversariante, fazendo eco com todos aqueles que crêem na possibilidade de união, de congraçamento e de diálogo, tendo sempre como alvo a garantia dos nossos direitos e a observância à ordem jurídica vigente.

Parabéns à AMATRA 13, parabéns a todos nós que a compomos.

André Machado Cavalcanti
Juiz Substituto do TRT 13ª Região e Vice-Presidente da AMATRA 13

Jornal Amatra 13 é uma publicação bimestral da Associação dos Magistrados do Trabalho da 13ª Região. (AMATRA 13)

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente
Humberto Halison Barbosa de Carvalho e Silva
Vice-Presidente
André Machado Cavalcanti
Diretor Financeiro
André Wilson Avellar de Aquino
Diretora Secretária
Nayara Queiroz Mota de Souza
Diretor de Informática
José Marcos da Silveira Farias
Direção da ESMAT 13
André Machado Cavalcanti
Nayara Queiroz Mota de Souza
www.esmat13.com.br

CONSELHO FISCAL

Titulares
Maria das Dores Alves
Maria Lílian Leal de Souza
Ana Paula Cabral Campos
Suplente
Solange Machado Cavalcanti

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

AMATRA 13
Edifício Atrium · 5º andar – Sala 505
Av. Corálio Soares de Oliveira, nº 433
CEP 58.013-260 · João Pessoa/PB

Telefones/Fax:
(83) 3241–7799 / (83) 3241-7640
www.amatra13.org.br

EDIÇÃO E PROJETO GRÁFICO

Meios Comunicação
Telefax: (83) 3241-2695 / 8852-2815
agenciameios@yahoo.com.br
ricardomeios@yahoo.com.br

DIAGRAMAÇÃO E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA
Ricardo Araújo (MTb/PB 631)

COLABORAÇÃO PARA EDIÇÃO DESTE NÚMERO
Henrique França (MTb/PB 1449)

TIRAGEM:
500 exemplares.

IMPRESSÃO:
Imprima · Gráfica e Editora

Circulação:
Publicado e distribuído em Maio de 2006

As informações divulgadas neste informativo podem ser reproduzidas, desde que citada a fonte.

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos respectivos autores e não expressam, necessariamente, a opinião da AMATRA 13 e do conjunto de seus associados.

Ana Madruga

Ana Paula

Ana Porto

André Machado

André Aquino

Antônio Cavalcante

O nascimento da AMATRA 13

Ruy Eloy

Gestões 1986/1988 e 1996/1998

Desde a algum tempo os colegas magistrados trabalhistas da 13ª Região têm-me cobrado o relato da criação da nossa Associação dos Magistrados, a nossa querida AMATRA 13. E o fazem com respaldado e acendrado interesse uma vez que a avultada maioria deles ingressou na magistratura trabalhista após a criação desse órgão associativo, desconhecendo, portanto, todos os pormenores da sua gênese. Procurarei, em um primeiro passo falar sobre a gestação e o posterior nascimento da nossa Agremiação, os percalços enfrentados e para tal fim vencidos em uma época em que éramos pouco mais de uma dezena de juízes a compor a novel Região do Trabalho sediada na Paraíba.

Cabe lembrar que antes da criação da 13ª Região a Paraíba integrava a 6ª Região da Justiça do Trabalho, juntamente com os estados de Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte, sediada na cidade do Recife. Apesar de abranger esses quatro estados do Nordeste, a 6ª Região tinha um pequeno quadro de juízes togados. O Tribunal compunha-se de nove juízes, dos quais dois eram classistas. Os órgãos de primeira instância –que então eram as Juntas de Conciliaçºao e Julgamento- estavam , salvo engano, assim distribuídas: em Pernambuco, nove na cidade do Recife, e mais as JCJs. do Cabo, Caruaru, Catende, Escada, Goiana, Jaboatão, Limoeiro, Nazaré da Mata, Palmares, Paulista e Pesqueira; na Paraíba, duas em João Pessoa e uma em Campina Grande; no Rio Grande do Norte, duas em Natal, uma em Mossoró e outra em Macau; nas Alagoas, duas em Maceió e outra em Penedo. Portanto, vinte e nove juízes presidentes de Juntas que somados aos juízes substitutos não atingia meia centena de magistrados. E, lembre-se, nem todos eram associados à AMATRA. Assim, nem sempre tínhamos arrecadação suficiente para bancar as despesas com os deslocamentos do presidente da AMATRA 6 para as reuniões do Conselho Deliberativo da ANAMATRA. Os colegas se cotizavam para custeá-las, acontecendo, algumas vezes, pesar sobre o presidente da associação o ônus de algum rescaldo de despesa.

Imaginem, agora, a situação na recém-criada 13ª Região. Instalado o Tribunal no dia 11 de outubro de 1985, contávamos apenas com doze juízes togados: seis do Tribunal e seis do primeiro grau, compreendidos os Presidentes de JCJ e substituto. Começamos com treze associados contando, para o alcance desse número, com a inscrição do juiz Áureo Negromonte Correia Lima, já aposentado pela 6ª Região.

Eu era Presidente da AMATRA da 6ª Região, empossado desde a eleição realizada no dia 31 de agosto de 1984, de modo que mesmo após a criação e a subseqüente instalação da 13ª Região continuei no exercício desse honroso mister com a aprovação e o apoio de todos os colegas daquela Região da qual a nossa 13ª Região havia sido desmembrada. Esse fato deveras relevante sempre será motivo de gratidão àqueles colegas de magistratura que conservaram na Presidência do seu Órgão de Classe um companheiro de lutas que já não mais compunha os quadros da 6ª Região em face do desmembramento ocorrido, com a criação da 13ª Região na Paraíba. E foi como Presidente da AMATRA da 6ª Região que proferi o discurso de saudação aos dirigentes e componentes da novel Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, quando da solenidade de instalação desta Corte de Justiça no dia 11 de Outubro de 1985.

Começou, a partir daí, o período a que chamo de gestação da AMATRA 13. É que encerrada a solenidade de posse dos dirigentes da Corte, momentos depois fizemos uma reunião para tratarmos da fundação e constituição da nossa associação, pois apesar de sermos pouco mais de uma dezena não podíamos ficar apáticos diante dos graves problemas que afligiam a magistratura, a exemplo do aviltamento dos vencimentos, da vexatória reforma do Poder Judiciário proposta no substitutivo Bernardo Cabral e da nossa particular e preocupante busca de um plano de saúde que nos amparasse a partir de janeiro de 1986, pois os que tínhamos-fosse Golden Cross ou Unimed- somente vigorariam até dezembro daquele ano(1985) vez que estavam vinculados a operadoras do Recife que recebiam as correspondentes mensalidades contratuais através de consignações lançadas nas nossas fichas financeiras do TRT da 6ª Região. Constituiu-se uma Diretoria provisória da qual fui aclamado presidente e formada ainda pelos juízes Paulo Montenegro Pires (vice-presidente), Áureo Negromonte Correia Lima (secretário) e Geraldo Teixeira de Carvalho (tesoureiro).

Lançamo-nos à luta participando ativamente das reuniões convocadas tanto pela Associação dos Magistrados Brasileiros como pela ANAMATRA, esta presidida à época pelo operoso colega Dárcio Guimarães de Andrade, juiz da 3ª Região. Consegui desincumbir-me das provisórias funções de presidente da AMATRA 13 sem descurar-me dos misteres que me cabiam como presidente da AMATRA 6 até o dia 10 de janeiro de 1986. Nessa data compareci a uma reunião que previamente convocara, na sede da AMATRA 6 , ocasião em que fiz circunstanciado relatório das minhas atividades administrativas à frente daquele Órgão de Classe, ressaltei o compromisso assumido para a criação da AMATRA 13 perante os colegas da novel Região e renunciei ao honroso cargo de Presidente da AMATRA 6, passando-o, de imediato, para o Vice-presidente juiz José Soares Filho. Recebi, naquele momento e depois, manifestações de agradecimentos e de parabéns dos colegas daquela Região de onde sou oriundo, gestos espontâneos e sinceros que guardo no meu relicário de recordações com especial carinho.

A partir daí dispus de mais tempo para cuidar da gestação da AMATRA 13, até que se deu a reunião do dia 10 de março de 1986, em que foi aprovado o Estatuto da Associação, data, portanto, do seu nascimento.

Ruy Eloy é Juiz do Trabalho aposentado do TRT 13ª Região

"... encerrada a solenidade de posse dos dirigentes da Corte, momentos depois fizemos uma reunião para tratarmos da fundação e constituição da nossa associação"

Amatra 13
ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
20 Anos
Magistratura em favor da cidadania

Antônio Eudes

Antônio Peixoto

Arnaldo Duarte

Arnóbio Teixeira

Carlos Montenegro

Carlos Hindemburg

Em defesa dos interesses dos magistrados

Paulo Montenegro Pires

Gestões 1988/1990 e 1990/1992

Paulo Montenegro Pires é Juiz do Trabalho aposentado do TRT 13ª Região

Como Juiz fundador do TRT da 13ª Região, que na época abrangia os Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte, recordo-me, com saudades, das gestões que empreendi junto ao TST, assim como realizando contatos com alguns Juízes Presidentes de Regionais, para encontrar a melhor fórmula para também instituir, neste Regional, a Associação dos Magistrados Trabalhistas.

Esse projeto foi alcançado ainda em minha gestão como Presidente da Corte, em 1986, quando assumiu o Juiz Ruy Eloy, o seu primeiro Presidente. Posteriormente, fui eleito Presidente dessa entidade, sempre envidando esforços em defender os mais altos interesses dos colegas, pautando especialmente pela ampliação de vantagens e benefícios que a lei pudesse outorgar à magistratura.

Quando se comemora 20 anos da AMATRA XIII, congratulo-me com todos os associados na certeza de que fiz o melhor que pude, em minha época, com a certeza que as gerações futuras fariam, como de fato fazem, o aperfeiçoamento contínuo da Instituição, fortalecendo e modernizando a magistratura com a finalidade precípua de melhor servir à sociedade no difícil, mas sublime mister de distribuir JUSTIÇA!

"... congratulo-me com todos os associados na certeza de que fiz o melhor que pude, em minha época, (...) fortalecendo e modernizando a magistratura..."

Amatra 13
ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
20 Anos
Magistratura em favor da cidadania

Conheça alguns ambientes projetados para a nova sede da AMATRA 13 que será inaugurada em 2006

Recepção

Sala de integração

Sala da Presidência

Copa

Cláudio Pedrosa

David Sérvio

Eduardo Sérgio

Eduardo Souto

Edvaldo Andrade

Fátima Christianne

A conquista da independência

Ubiratan Moreira Delgado

Gestão 1992/1994

Tinha pouco mais de dois anos de carreira quando assumi a presidência da AMATRA XIII, em dezembro de 1992. Com pouca experiência e nenhuma estrutura de apoio, enfrentei enormes dificuldades no início do mandato. A conturbada disputa eleitoral havia gerado uma tensão entre a base e a cúpula da magistratura local. Sem o suporte da Administração do TRT, a Associação era quase virtual, não passava de uma pasta debaixo do braço de seu presidente: não tinha sede, equipamentos ou pessoal administrativo. A arrecadação, proporcionada por não mais que vinte associados, mal cobria os repasses obrigatórios para a ANAMATRA.

Nesse contexto, o apoio da diretoria e de outros abnegados colegas foi decisivo para a afirmação da entidade. Começamos pelas lutas institucionais, encaminhando diversos requerimentos, que traduziam a vontade da maioria: a) a deflagração dos processos de promoção dos Juízes Substitutos para as JCJs criadas em 1992, então retidos injustificadamente no TRT; b) o fim da remoção de servidores das Juntas sem a anuência dos respectivos Juízes Presidentes; c) o preenchimento das funções comissionadas e direção das Secretarias por indicação dos Juízes; d) o pagamento de diárias aos Juízes Substitutos designados para atuar fora da sede do Tribunal. Não foi fácil, mas conseguimos êxito nas duas primeiras postulações e, em parte, na terceira (exceção feita ao Diretor de Secretaria).

Passados alguns meses, conseguimos vencer as desconfianças e manter uma relação cordial – mas sempre independente – com a Administração, que terminou por ceder à AMATRA uma pequena sala no terceiro andar do edifício sede do TRT, ao lado do "pleninho". Lá nos reuníamos às sextas-feiras e, uma vez por mês, realizávamos um debate jurídico. De lá saíram alguns números de um Boletim Informativo quase artesanal.

O grande marco de nossa gestão, contudo, foi a fundação da ESMAT no início de 1994. Para tanto, contei com a inestimável colaboração de vários colegas, com destaque para Assis Almeida, Vicente Vanderlei, Aluísio Rodrigues, Wolney, Paulo Henrique, Márcio e Rildo (desculpem-me se esqueci alguém), que formaram, juntamente comigo, o primeiro corpo docente da entidade. Também foi valioso o apoio do CCJ da Universidade Federal, sob a Direção da Professora Fátima Braga, que, por convênio, nos cedeu uma sala naquela instituição.

Para nossa surpresa e alegria, mesmo com pouca divulgação, recebemos 225 inscrições para as 50 vagas oferecidas, o que forçou a realização de um concorrido processo seletivo, cuja arrecadação deu fôlego inicial à Escola.

Apesar da pobreza franciscana e da carência organizacional, sobrava entusiasmo de alunos e professores. Muitos saíram daquela primeira turma da ESMAT direto para a magistratura (trabalhista e estadual), para o Ministério Público ou para outras relevantes carreiras jurídicas.

Do ponto vista financeiro, foi a redenção da AMATRA. O sucesso foi tão grande que, ao final de 1994, deixamos a Associação com saldo positivo de aproximadamente R$ 20.000,00, possibilitando a aquisição, na gestão seguinte, da tão sonhada sede própria. A independência estava garantida.

Ubiratan Moreira Delgado é Juiz Titular da 7ª Vara do Trabalho de João Pessoa

"O grande marco de nossa gestão, contudo, foi a fundação da ESMAT no início de 1994."

Amatra 13
20 Anos
Magistratura em favor da cidadania

Francisco de Assis

Geraldo Teixeira

Gil Libânio (i.m.)

Herminegilda Machado

Humberto Halison

Ivo Daniel

Janaína Vasco

Breves registros de um ex-presidente

Márcio Roberto de Freitas Evangelista

Gestão 1994/1996

Márcio Roberto de Freitas Evangelista é Procurador do Trabalho da 13ª Região

"Nessa difícil quadra da vida do TRT, a AMATRA XIII teve relevante atuação, concorrendo para o aperfeiçoamento institucional da Corte."

Amatra 13
ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
20 Anos
Magistratura em favor da cidadania

No ano de 1994, quando ocupava a titularidade da Junta (hoje Vara do Trabalho) de Guarabira/PB, candidatei-me à Presidência da AMATRA XIII.

Eleito e empossado Presidente no mês de dezembro daquele ano, sucedi, na direção da entidade, o Dr. UBIRATAN MOREIRA DELGADO.

Vários membros da segunda instância apoiaram a chapa opositora. Todavia, numa postura revanchista e antidemocrática, alguns deles não absorveram a derrota sofrida nas urnas.

Os que integravam a magistratura trabalhista àquela época se recordam muito bem das dificuldades e dos transtornos enfrentados pela Diretoria da Associação em razão do antagonismo da cúpula do TRT da Paraíba.

Rememoro que o Tribunal – vencido o Juiz GERALDO TEIXEIRA DE CARVALHO – chegou a indeferir pleito que formulei no sentido do licenciamento para o exercício do mandato de Presidente da AMATRA. Essa decisão administrativa do TRT – violadora do preceito inscrito no art. 73, III, da Lei Complementar nº 35/79 (LOMAN) – foi, no entanto, cassada em ação ordinária que propus perante a Justiça Comum Federal, na qual figurou como assistente a ANAMATRA - Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho.

Lembro-me também que, em solenidade de posse de três Juízas Substitutas, ocorrida no ano de 1995, o então Presidente do TRT da 13ª Região, em atitude insólita, tolheu a minha fala como Presidente da AMATRA, impedindo-me, na ocasião, de efetuar, na qualidade de representante da categoria, a saudação às novas colegas de judicatura. Os servidores, magistrados, membros do Ministério Público, advogados, convidados e familiares das Juízas empossadas assistiram, estupefatos, àquela abominável cena, que mereceu o pronto repúdio da Associação.

Menciono, de forma ilustrativa, esses dois episódios para, neste oportuno resgate histórico, revelar que, em passado não muito distante, picuinhas e adversidades hoje inimagináveis faziam parte, lamentavelmente, da dura realidade arrostada pelo Dirigente maior da Associação.

De lá para cá, ocorreram diversas mudanças.

Houve significativa renovação na composição do Tribunal, fruto de uma cruzada que se deflagrou – a partir de 1995 – contra o descalabro administrativo que reinava no seio da Corte Trabalhista paraibana.

Nessa difícil quadra da vida do TRT, a AMATRA XIII teve relevante atuação, concorrendo para o aperfeiçoamento institucional da Corte.

No plano administrativo, transferimos a sede da Associação – que funcionava em recinto do TRT – para uma sala que alugamos em edifício próximo ao Tribunal. Contratamos ainda a funcionária Patrícia Berger, que exerce, desde 1995, o cargo de Secretária da AMATRA.

A referida sala – onde até hoje está sediada a Associação – foi comprada na gestão de minha sucessora, Drª Ana Madruga, com recursos financeiros acumulados na administração de Ubiratan Delgado e durante a minha gestão.

Amargamos, no ano de 1995, o prematuro desaparecimento do ilustre e estimado colega ARNALDO FERREIRA ALVES. Como homenagem póstuma, batizamos a sala da AMATRA com o seu nome.

No campo do ensino, consolidamos o funcionamento da ESMAT, criada no mandato de Ubiratan Delgado. Contamos, para tanto, com o abnegado empenho de laboriosa equipe de magistrados.

Na legítima defesa de vários associados, a AMATRA XIII solicitou ao Tribunal, em novembro de 1995, o cumprimento do disposto no § 3º do art. 656 da CLT, litteris: *"Os Juízes do Trabalho substitutos, quando designados ou estiverem substituindo os Juízes Presidentes de Juntas, perceberão os vencimentos destes." (Redação dada pela Lei 8.432/92). Apesar de consagrada em lei desde 1992, a equiparação salarial prevista na citada norma somente foi implementada após a provocação da AMATRA. Sem dúvida, uma importante conquista da classe.*

Posso afirmar, em conclusão, que muitos foram os obstáculos enfrentados. Não faltaram também as incompreensões. Numerosas e muito superiores, entretanto, foram as vitórias associativas alcançadas naquele período, tendo a AMATRA XIII, por sua combatividade, granjeado elevado conceito no cenário nacional.

Faço estes breves registros em homenagem à Associação dos Magistrados do Trabalho da 13ª Região, que completa em 2006 vinte anos de existência.

Certamente, as lições colhidas ao longo do tempo e a maturidade atingida no segundo decênio de vida constituirão fatores decisivos para o crescente aprimoramento da entidade.

João Agra

Joliete Melo

José Airton

José Fábio

José Marcos

Juarez Duarte

Uma experiência marcante

Ana Maria Ferreira Madruga

Gestão 1996/1996

Final de 1994. Eleições na AMATRA. Eleito o novo presidente, o então juiz Márcio Roberto de Freitas Evangelista e eu, como Vice-Presidente. Em meados de 1996 Márcio assumiu o cargo de Procurador do Trabalho. Naturalmente tive de assumir a presidência, pelo curto período de 06 meses.

Assumi a contragosto. Confesso que jamais pretendera presidir a nossa Associação, por mais desafiante e, certamente, também gratificante, pudesse ser o exercício de tal mister.

Aliás, eu me recusara categoricamente a concorrer à presidência. Principalmente porque atravessávamos um período terrivelmente tumultuado, em que a cúpula do nosso Tribunal se engalfinhava em acirradas brigas e picuinhas internas, enquanto era alvo das mais variadas críticas e acusações.

Toda essa situação se refletia na 1ª instância. Como conseqüência, tivemos uma campanha disputadíssima e uma eleição cheia de incidentes, em que farpas insidiosas eram lançadas de lado a lado, permeadas de críticas ofensivas. O calor da disputa e os ânimos exaltados potencializaram as divergências existentes, resultando em uma cizânia que culminou com a saída de vários associados.

E foi nesse clima de antagonismos e ressentimentos que assumi a presidência. As reuniões da diretoria eram profundamente desgastantes. Todos se entrincheiravam uns contra os outros, cada um temendo que alguém lhe puxasse o tapete. Uma verdadeira guerra, mal disfarçada pelo verniz das boas maneiras.

Parece inacreditável que tudo isso ocorresse entre magistrados, mas é a pura verdade. Não é bom recordar ocorrências negativas como essas, a não ser para fortalecer, em cada um de nós, o propósito inabalável de jamais permitir que fatos como esses venham a se repetir.

Meu objetivo precípuo era recuperar o relacionamento harmonioso entre todos os colegas. Tarefa hercúlea que, devo confessar, não consegui realizar totalmente, embora tenha aparado muitas arestas, minimizado sentimentos de mágoa e revolta e até convencido vários colegas a retornarem ao convívio associativo.

Apesar daquela conjuntura desfavorável e do pouco tempo de que dispunha, contei com a colaboração preciosa e dedicada de um bom grupo de colegas. E foi graças à força desse apoio que conseguimos realizar um Seminário de Estudos Jurídicos, com pleno êxito, ao ponto de nos deixar um saldo líquido de aproximadamente R$15.000,00.

Além disso, compramos a sala que se tornou a primeira sede própria da AMATRA que, até então, funcionava em um espaço cedido pelo TRT, sempre a depender da boa vontade de cada presidente.

A verdade é que todas aquelas dificuldades me deixaram grandes lições de vida. E, acima de tudo, a convicção de que o principal alicerce da nossa Associação é o bom relacionamento, a harmonia, a solidariedade entre todos nós.

Para tanto é indispensável refrear sentimentos menores – mas bem típicos do ser humano – de intolerância, de animosidade, de retaliação, de agressões verbais. Ter a capacidade de entender e aceitar que outros tenham opiniões e atitudes diferentes e até contrárias ao nosso modo de pensar. Acima de tudo, combater desde o início desavenças e mal-entendidos, por menores que sejam, para evitar que se tornem destruidores como os grandes incêndios, nascidos de uma pequena fagulha.

Ana Maria Ferreira Madruga é Juíza do TRT da 13ª Região

"... o principal alicerce da nossa Associação é o bom relacionamento, a harmonia, a solidariedade entre todos nós."

Amatra 13
20 Anos
Magistratura em favor da cidadania

Luiza Eugênia

Margarida Alves

Maria das Dores

Maria Iris

Maria José

Maria Lilian

Vivenciamos o início da metamorfose do Judiciário

Paulo Henrique Tavares da Silva

Gestão 1998/2000

Paulo Henrique é Juiz Titular da Vara do Trabalho de Mamanguape

"... a grande virtude da nossa gestão foi a de reconhecer que algo precisava ser feito para mudar a imagem e auto-estima do Judiciário Trabalhista."

Assumi a Presidência da Amatra 13 no dia 11 de dezembro de 1998, juntamente com os colegas Normando Salomão Leitão (Vice-presidente), Wolney de Macedo Cordeiro (Diretor Financeiro) e Juarez Duarte Lima (Diretor Secretário). E no início desse escorço nostálgico não posso deixar de registrar o comportamento leal e elegante assumido pela chapa adversária, capitaneada pela companheira Herminegilda Machado, que mais adiante também viria a presidir nossa Associação.

Havia um nítido sentimento de insatisfação naqueles anos que encerravam a década de 90, fruto de um processo gradual de exposição pública de todas as mazelas que contaminavam o Poder Judiciário. Falava-se constantemente no isolamento da Justiça em relação aos problemas sociais, da prepotência dos magistrados, de como conduziam a administração da coisa pública movidos por interesses menores, nepotismo e fraudes na nomeação de classistas. Por outro lado, as condições para o exercício da judicatura não eram as melhores, particularmente graças ao baixo nível da remuneração, como também uma crescente desvalorização da primeira instância, que embora sendo maioria, não conseguia se impor na busca por melhores condições trabalho.

Acredito que a grande virtude da nossa gestão foi a de reconhecer que algo precisava ser feito para mudar a imagem e auto-estima do Judiciário Trabalhista. Sentimos que era o momento de dar um passo mais adiante na concepção do papel de uma associação de magistrados, havíamos superado a fase de ser uma mera entidade "recreativa", destinada apenas a realizar almoços e jantares comemorativos e a distribuir títulos honoríficos. A Amatra 13 era sim porta-voz de uma categoria, respeitada interna corporis. Mas o momento exigia algo mais. Era imperioso sair do casulo e alçar vôo!

A partir daí, nos engajamos na idéia da construção de uma "associação cidadã", comprometida com o processo de melhoria da Justiça do Trabalho, procurando estar sintonizada com os anseios do povo quanto ao serviço que oferecíamos.

A primeira etapa dessa renovação se deu no plano interno. Promovemos uma reforma estatutária, que além possibilitar uma gestão mais dinâmica e participativa, integrava nossa ESMAT à estrutura funcional da entidade, bem como elegendo, dentre as finalidades associativas "defender, face o Poder Público ou entes privados, as prerrogativas, direitos e interesses da Magistratura e de seus associados, individualmente ou em grupo, desde que tenham pertinência com os fins associativos, pugnando pela independência, dignidade e prestígio do Poder Judiciário, além dos princípios constitucionais atinentes à moralidade pública". A Amatra 13 passou a acompanhar a atividade desenvolvida pela Corregedoria Regional, participou da celebração de termos de compromissos visando à agilização das promoções por merecimento e a passagem da jurisdição pelos juízes substitutos, postulava a realização de novos concursos para provimento de cargos de juiz, bem como, de forma inédita, apresentava ao Tribunal uma proposta de emenda ao seu Regimento Interno, através da qual os cargos de Diretores de Secretaria das então JCJs seriam privativos de servidores integrantes do quadro funcional do TRT, bacharéis em Direito. O esforço pela modernização também passou pela reformulação da home-page da entidade, juntamente com a criação de uma lista de discussão na web e de um boletim informativo eletrônico. O Jornal da entidade foi reeditado, num formato moderno e contendo matérias com conteúdo abrangente.

Entretanto, a tônica do nosso trabalho dirigiu-se à população. Primeiramente, afinados com os escopos da ANAMATRA, promovemos a defesa das nossas prerrogativas e da importância da Justiça do Trabalho junto aos mais variados veículos de comunicação, muitas vezes em resposta aos injustos ataques que nos eram desferidos pela CPI do Judiciário, procurando revelar à população paraibana a importância da instituição de um teto salarial único e moralizador para a magistratura, a erradicação do nepotismo na Justiça, bem como a decretação da extinção da carcomida representação classista. O grau de mobilização da categoria chegou a tal nível, que no início de 2000 quase deflagramos uma paralisação nacional, que seria inédita na história do país.

No âmbito local, encaminhamos representação ao Ministério Público e levamos ao conhecimento público a calamitosa situação dos precatórios vencidos e não pagos pelos municípios e Estado da Paraíba, desencadeando inúmeros procedimentos interventivos, a maioria levando à quitação das dívidas pendentes.

Tudo isso nos enche de orgulho! Mais ainda quando presenciamos que pouco tempo depois aquelas bandeiras que levantamos foram sendo vitoriosas. A partir de um novo modelo associativo, corajosamente implantado no seio da Justiça do Trabalho, contribuímos para o surgimento de um novo Judiciário e, em especial, de novos juízes, cônscios e orgulhosos do seu papel na sociedade, contudo, sensíveis aos reclamos de um povo que precisa cada vez mais de uma prestação jurisdicional efetiva e de qualidade.

Agradeço, enfim, a oportunidade que me foi dada pelos colegas de representá-los, em particular a José Marcos, Ana Paula Cabral, Humberto Halison e Maria Lílian, que exerceram diretorias nomeadas, como também aos conselheiros Antônio Peixoto, Roberta Saldanha, Maria José, Rômulo Tinoco e Antônio Cavalcante, que compartilharam com maior proximidade daqueles dias de constante ebulição, que certamente entraram para a história do Poder Judiciário.

Amatra 13
Associação dos Magistrados do Trabalho da 13ª Região
20 Anos
Magistratura em favor da cidadania

Mirtes Shimanoe

Nayara Queiroz

Necy Lapenda

Normando Leitão

Paulo Maia

Paulo Henrique

Começando a colher os frutos...

Wolney de Macedo Cordeiro

Gestão 2000 · 2002

Ser magistrado no Brasil sempre foi uma atividade pontilhada de desafios e de adversidades, mas o período compreendido entre 1996 e 2002 pode ser considerado um dos mais difíceis para a judicatura brasileira, especialmente a trabalhista. Alvo de uma intensa campanha em prol da extinção da Justiça do Trabalho e maculados diante de uma série de escândalos (capitaneadas por uma minoria dirigente inconseqüente), os juízes do trabalho conseguiram suplantar as dificuldades e recuperar seu prestígio junto à sociedade brasileira.

A gestão da AMATRA XIII do biênio 2000/2002 situou-se exatamente no período de soerguimento da magistratura laboral e do resgate de sua imagem. Ainda sofrendo as conseqüências de uma incisa campanha de enfraquecimento da Justiça do Trabalho, começamos o processo de revigoramento da carreira com a aprovação de uma lei estruturadora dos nossos vencimentos (Lei Nº 10.474, de 27 de junho de 2002), que foi a primeira a ser editada desde o ano de 1991.

No plano interno, centramos nossas ações no sentido de aprimorar a integração sócio-cultural da magistratura trabalhista paraibana, com a realização de dois encontros estaduais: o primeiro no Hotel Gavôa (Igarassu-PE/maio-2001) e o segundo no Hotel Blue Tree Park (Cabo de Santo Agostinho-PE/abril-2002). É de se destacar a promoção de eventos culturais destinados à comunidade jurídica como o I Ciclo de Conferências Jurídicas da Paraíba, realizado no mês de outubro de 2001.

Como medidas institucionais, convém a lembrança da continuidade da longa batalha para a concretização das diárias dos Juizes Substitutos, através da promoção de dezenas de medidas judiciais e de procedimentos administrativos que tiveram por finalidade resgatar esse cristalino direito dos colegas substitutos.

A ESMAT também desempenhou papel importante durante a gestão, tendo sido ministrado, além do curso regular de preparação, um curso de especialização em Direito do Trabalho (ministrado em parceria com a Universidade Potiguar) e organizadas duas edições do Encontro Acadêmico Trabalhista – ENAT, voltado basicamente para os estudantes de direito.

A AMATRA XIII e a ESMAT, com o auxílio do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, promoveram o acolhimento dos colegas aprovados no concurso público de julho de 2001, por intermédio de um "Programa de Adaptação do Magistrado". Esse programa buscou reduzir o impacto do magistrado recém empossado, através de palestras e do convívio com outros colegas mais experientes.

Todas as medidas e as ações concretizadas no âmbito da AMATRA XIII buscaram estabelecer uma sintonia fina com a tendência de renascimento da magistratura trabalhista. Tratou-se apenas de um trabalho de continuidade das ações empreendidas nas gestões anteriores, tendo em mira sempre a manutenção de uma magistratura forte e independente.

Nesse aspecto, podemos afirmar que os Juízes do Trabalho 13ª Região, nem por um único momento, esmoreceram na luta pela dignidade da função e da importância de seu papel na sociedade. Os frutos, que hoje em dia colhemos em nossa carreira, são produto dessa luta intensa e contínua. A luta coletiva dos magistrados trabalhista da Paraíba fez com que a nossa AMATRA se firmasse com uma das mais atuantes de nosso país. As diretorias desempenharam de forma diligente as suas funções, mas só a união de nossos colegas fez com que tivéssemos muito que comemorar nesses vinte anos.

Wolney de Macedo Cordeiro é Juiz Titular da 5ª Vara do Trabalho de João Pessoa

"A luta coletiva dos magistrados trabalhista da Paraíba fez com que a nossa AMATRA se firmasse com uma das mais atuantes de nosso país."

Amatra 13
Associação dos Magistrados do Trabalho da 13ª Região
20 Anos
Magistratura em favor da cidadania

Paulo Pires

Paulo Roberto

Rita Leite

Roberta Saldanha

Rômulo Tinoco

Rosivânia Cunha

Ruy Eloy

A responsabilidade de continuar um trabalho

Herminegilda Leite Machado

Gestão 2002/2004

Herminegilda Leite Machado é Juíza Titular da 3ª Vara do Trabalho de João Pessoa

"A responsabilidade em dar continuidade ao que fora construído pelos antecessores, e imprimir a marca pessoal foi um grande desafio..."

A atuação frente a um órgão de classe tão seleto, ensejou-me uma experiência singular, além de proporcionar-me enorme crescimento pessoal.

A vivência coletiva, em suas multifacetas variações, com diversidades de pensamentos, agregou-me valores antes imperceptíveis.

A responsabilidade em dar continuidade ao que fora construído pelos antecessores, e imprimir a marca pessoal foi um grande desafio, enfrentado com espírito de luta e ânimo para bem atender a todos.

O permanente estado de alerta, de desafios e de lutas, que imbui o espírito de quem assume a direção de um órgão associativo, foram estímulos a enfrentar um período anuviado pelas reformas da previdência social, do judiciário e da fixação do teto salarial para o serviço público.

Problemas pontuais e locais, também foram tratados com o mesmo ardor e dedicação. Entretanto, se tudo não foi resolvido ou não saiu a contento, não foi por falta de esforços.

Muitas foram as ações com o intuito de aprofundar o entrosamento entre os colegas, melhorar a comunicação, ampliar a atuação social da Associação, interagindo-a com outras instituições locais, a fim de melhor difundir o papel da Justiça do Trabalho e do Direito do Trabalho, destacando a responsabilidade social da magistratura.

A realização de projetos como o "I Seminário Norte/Nordeste de Direito do Trabalho e Direito Processual Trabalhista", ocorrido no Hotel Ouro Branco, em João Pessoa-PB e o "III Encontro de Juízes do Trabalho da 13ª Região", realizado no Summerville, Muro Alto-PE, veio a demonstrar a procura incessante, não apenas pelo progresso intelectual, como também pela integração dos associados e profissionais da área, como forma de propiciar e estimular aos mesmos uma convivência sempre harmônica e edificante. Quanto a este último evento, deve ser destacada a consecução de dias de imensa alegria no convívio entre colegas e familiares e de fomento do conhecimento acerca dos temas postos em discussão.

Não há dúvida que o tempo foi de calmaria, com pequenas ondas revoltas. No entanto, regozijo-me com a sensação de ter buscado, com intensa dedicação, o cumprimento da missão que me foi confiada pelos colegas, colocando-me sempre ao dispor para contribuição com o crescimento destes, da associação e da sociedade que integramos.

Amatra 13
20 Anos
Magistratura em favor da cidadania

Silvia Cerveira

Solange Machado

Tais Priscilla

Tarcísio Monte (i.m.)

Ubiratan Delgado

Veruska Sá

Wolney Cordeiro

AMATRA 13: vinte anos de associativismo

Humberto Halison B. de Carvalho e Silva

Gestão 2004 · 2006

É desafiadora a missão de presidir a AMATRA 13 – Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da Paraíba, assim como ímpar a oportunidade de desempenhar tal atribuição em seu aniversário de 20 anos de existência.

A AMATRA 13, conforme se infere a partir dos depoimentos prestados por seus ilustres ex-Presidentes, vem sofrendo acentuada transformação em seu perfil institucional ao longo da sua história.

No início e à semelhança da gênese verificada com as entidades nacionais da magistratura, o cerne e o foco da sua atuação cingiam-se a questões gremiais e corporativas em sentido estrito.

Ao longo da sua caminhada, porém, da tenra infância até à presente idade adulta, a entidade passou por um processo de amadurecimento que há muitos anos a credencia e a qualifica como atuante entidade de magistrados em nível local e nacional. Longos foram alguns embates e quase intransponíveis determinados obstáculos superados pela firme atuação da associação.

Com os colegas da atual Diretoria, partícipes da atuação institucional da AMATRA 13 e ESMAT 13, André Machado, André Wilson Aquino, Nayara Queiroz e José Marcos, compartilho os êxitos alcançados pela atual gestão. Como a tônica é a da busca incessante de realizações em prol dos associados, pontuais equívocos podem ser verificados e, quanto a estes, assumo individualmente a respectiva responsabilidade.

No contexto deste registro documental histórico, cumpre-me realçar alguns aspectos de relevo em nível local, concomitantes à ampla integração no sistema associativo nacional coordenado pela ANAMATRA – Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, com destaque para a entidade nacional, dentre inúmeros outros aspectos, na conquista da disciplina legal do regime remuneratório do subsídio, através da fixação do valor do mesmo através da lei federal nº 11.143/2005.

No campo científico e cultural, a AMATRA 13 e ESMAT 13 realizaram o I Ciclo de Debates sobre a Ampliação da Competência da Justiça do Trabalho em parceria com o TRT da 13ª Região, o II Encontro Norte-Nordeste de Juízes e Procuradores do Trabalho, assim como a primeira reunião formal da Diretoria e do Conselho de Representantes da ANAMATRA em João Pessoa. Registre-se igualmente a realização Curso sobre Acidentes do Trabalho e Doenças Ocupacionais, além do Programa de Adaptação dos novos magistrados do Trabalho da nossa Região, com o apoio do TRT da 13ª Região.

Em nível administrativo, a entidade adquiriu sedes próprias inclusive para a escola, com área total de 130 m2 no Tambiá Shopping Center, imprimiu nova formatação ao Jornal AMATRA 13, incluindo entrevistas com os juízes inativos, idealizou nova "homepage" na internet para a associação e criou página própria na internet para a ESMAT 13, confeccionou material de expediente da associação com a nova logomarca, procedeu à assinatura do Diário da Justiça eletrônico e à atualização dos equipamentos de informática.

A associação mantém-se atenta às questões envolvendo a defesa das prerrogativas da magistratura, registrando-se, neste aspecto, a vitória envolvendo a aprovação por parte do TRT 13ª Região do requerimento da entidade para pagamento de diárias aos juízes substitutos, antiga reivindicação da entidade perante àquela Corte, além da assistência judiciária permanente aos seus associados.

Na esfera recreativa, foram realizadas as tradicionais confraternizações natalinas, com sorteio e distribuição de brindes a todos os associados, o dia de São João e pioneiro jantar festivo intitulado "Noite do Jurista", em comemoração ao Dia do Jurista.

São exemplos de iniciativas no campo científico, administrativo, corporativo e recreativo, voltadas aos associados e também ao público externo, servidores do Tribunal, advogados, estudantes e demais operadores do Direito.

Uma associação busca agregar os interesses coletivos da categoria que se propõe a representar. A associação, no entanto, é apenas o "alter ego" daquela, pois a categoria, os associados, é que dão à mesma origem e sentido, sendo a entidade apenas o reflexo e efeito daquela coalizão de vontades em busca de um ideal comum.

O termo "associar" implica em buscar unir e agrupar não apenas interesses pontuais de cada associado, senão ideais, sonhos e aspirações do grupo, numa transcendência de valores com ênfase e deslocamento do individual para o coletivo.

Além disso, a missão do autêntico Dirigente de associação de magistrados traduz inexorável renúncia pessoal, compromisso coletivo, e, sobremodo, lealdade no exercício da sua missão aos seus pares e aos princípios associativos. Tal é a história da AMATRA 13 até os dias atuais. A intransigente observância a tais premissas, por parte das futuras Direções, permitirá a visualização de horizonte sereno para a associação por outros tantos 20 anos.

Parabenizo, portanto, cada um e todos os associados da AMATRA 13 por permitirem e viabilizarem a celebração do seu aniversário de 20 anos neste ano de 2006, fruto da participação de cada um na construção de um adequado cenário coletivo. **AMATRA 13, 20 anos: Magistratura em favor da cidadania! Parabéns!**

Humberto Halison é Juiz Titular da Vara do Trabalho de Picuí

"Parabenizo, cada um e todos os associados da AMATRA 13 por permitirem e viabilizarem a celebração do seu aniversário de 20 anos ..."

Amatra 13
20 Anos
Magistratura em favor da cidadania

CAIXA.
O BANCO DA HABITAÇÃO
E DE TODOS OS HABITATS
NATURAIS.
O banco do Feirão Nacional da Casa Própria é o mesmo que, nos últimos três anos, repassou e financiou R$ 4,6 bilhões para a recuperação de áreas degradadas, fornecimento de água encanada e tratamento de esgotos, melhorando a qualidade do habitat dos seres humanos e de todos os seres vivos. Se a natureza é sua casa, seu banco só pode ser a CAIXA.
BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL
CAIXA
Para você. Para todos os brasileiros.
www.caixa.gov.br